

CANUDOS COMO CIDADE ILETRADA: EUCLIDES DA CUNHA NA URBS MONSTRUOSA

Roberto Ventura
Prof. Dr. do Departamento de teoria literária da USP/SP

Euclides da Cunha interpretou a guerra de Canudos a partir de fontes orais, como os poemas populares e as profecias religiosas, encontrados em papéis e cadernos nas ruínas da comunidade. Baseou-se em profecias apocalípticas, que julgou serem da autoria de Antônio Conselheiro, para criar, em *Os sertões*, um retrato sombrio do líder da comunidade. Estes poemas e profecias foram o ponto de partida de sua visão de Canudos como movimento sebastianista e messiânico, vinculado à crença no retorno mágico do rei português d. Sebastião, para derrotar as forças da República e restaurar a monarquia.

Euclides projetou sobre o Conselheiro muitas de suas obsessões pessoais, como o temor da irracionalidade, da sexualidade, do caos e da anarquia, para construir um personagem trágico, guiado por forças obscuras e ancestrais e por maldições hereditárias, que o levaram à insanidade e ao conflito com a ordem. Viu Canudos como desvio histórico capaz de ameaçar a linha reta que ele, Euclides, se impusera desde a juventude. Recorria, nas cartas aos amigos e familiares, à imagem da linha reta para expressar sua fidelidade aos princípios éticos aprendidos com o pai, ancorados na crença no progresso da humanidade e no caráter redentor da República.¹

Os sermões de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, recolhidos em dois volumes manuscritos a que Euclides não teve acesso, mostram um líder religioso muito diferente do fanático místico ou do profeta milenarista retratado em *Os sertões*. Revelam um sertanejo letrado, capaz de exprimir, de forma articulada, suas concepções políticas e religiosas, que se vinculavam a um catolicismo tradicional, corrente na Igreja do século XIX.

Antônio Conselheiro, o futuro líder de Canudos, pregou por volta de 1870 pelo interior do nordeste e organizou mutirões para a construção de igrejas e cemitérios. Foi proibido de pronunciar sermões pela Igreja católica em 1882. Seus conflitos com a ordem estabelecida se agravaram com a proclamação da República. Conselheiro se opunha ao novo regime, que via como a personificação do Anticristo, e criticava o casamento civil e o registro de mortes e nascimentos, introduzidos com a Constituição de 1891.

Após liderar rebelião contra cobrança de impostos, fixou-se, em 1893, com seus seguidores no povoado de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, no nordeste da Bahia. Criou Belo Monte como refúgio sagrado contra as secas da região e as leis seculares da República. O atraso na entrega de madeira, comprada em Juazeiro para a construção de igreja, foi o estopim de um conflito armado, que se estendeu por quase um ano, de novembro de 1896 até outubro de 1897, até o completo extermínio da comunidade. Quatro expedições militares foram enviadas contra Canudos.

Foi uma guerra de extermínio que o escritor-engenheiro Euclides da Cunha criticou em *Os sertões*, publicado em 1902, cinco anos após o massacre. Mais de doze jornais mandaram repórteres e fotógrafos na primeira cobertura ao vivo de uma guerra no Brasil, que a instalação das linhas telegráficas tornara possível. O conflito terminou com a morte de 5 mil soldados e o massacre da segunda maior cidade da Bahia, com cerca de 25 mil habitantes.

A destruição de Canudos se deveu menos ao anti-republicanismo do Conselheiro do que a fatores políticos, como os conflitos entre facções partidárias na Bahia, a atuação da Igreja contra a atuação pouco ortodoxa dos beatos e pregadores e as pressões dos proprietários de terras contra a comunidade, cuja expansão trazia escassez de mão-de-obra e rompia o equilíbrio político da região.

Outros conflitos políticos em nível nacional transformaram o povoado em alvo de grupos e facções, como os embates entre civilistas e militaristas, ligados à sucessão do presidente Prudente de Morais (1894-8). A guerra serviu de pretexto à repressão aos grupos monarquistas e aos setores jacobinos, tendo contribuído para a implantação da política dos governadores, criada pelo presidente Campos Sales (1898-1902), em que as lideranças civis de Minas Gerais e de São Paulo passaram a se alternar no poder.

EUCLIDES DA CUNHA EM CANUDOS

Euclides foi enviado à frente de batalha como correspondente de *O Estado de S. Paulo*, para escrever uma série de reportagens e preparar um livro sobre a guerra. Participou, de agosto a outubro de 1897, da quarta e última expedição. Tomou contato com uma cidade semi-destruída pelos bombardeios, com seus habitantes privados de água e comida devido ao cerco do Exército. Sua observação foi prejudicada por tais condições, que se somaram à formação científica, de base positivista e evolucionista, com os preconceitos raciais próprios à época, que traziam a crença na inferioridade dos não-brancos.

Passeou, dentro da cidade, em 29 de setembro, como contou no penúltimo artigo para o jornal: “passeio perigosamente atraente, com os jagunços a dois passos apenas, nas casas contíguas”. Anotou, no mesmo dia, na caderneta de bolso que trazia consigo: “Não posso definir a comoção ao entrar no arraial.” Decepcionou-se com o aspecto daquela povoação estranha, cujas ruas eram substituídas por um “dédalo desesperador de becos estreitíssimos”. As casas se acumulavam “em absoluta desordem”, como se tudo aquilo tivesse sido construído “febrilmente — numa noite — por uma multidão de loucos!” Criticou a ausência de linha reta e de planejamento no traçado de Canudos. Assustou-se ainda com o interior miserável dos casebres escuros, sem ar e com pouca mobília.²

Presenciou menos de três semanas de luta, ao todo 18 dias, de 16 de setembro até 3 de outubro. Retirou-se doente de Canudos na manhã de 3 de outubro, dois dias antes do fim da guerra, por causa de acessos de febre, provocados pelas condições da guerra, com pilhas de mortos e feridos, falta de alimento e noites de sono interrompidas por tiroteios. Não assistiu ao massacre dos prisioneiros, à queda final de Canudos, à exumação do cadáver do Conselheiro com a descoberta de seus manuscritos, ou ao incêndio da cidade com tochas de querosene, ocorridos nos últimos dias. Tais cenas, ausentes de suas reportagens, foram relatadas com poucos detalhes no livro de 1902.³

O silêncio de Euclides sobre as atrocidades da guerra foi acompanhado por quase toda a imprensa. Os materiais enviados pelos correspondentes, sobretudo pelo telégrafo, eram submetidos à censura militar. Mas outros jornalistas, como Manoel Benício, do *Jornal do Comércio*, e Fávila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, chegaram a mencionar atos de violência das tropas. A crueldade da campanha só foi revelada, com veemência, após o término do conflito, pelo estudante de medicina Lélis Piedade, no *Jornal de Notícias*, da Bahia, e pelo monarquista Afonso Arinos, no *Comércio de São Paulo*.⁴

Talvez Euclides se sentisse tolhido, como repórter, para atacar o Exército. Era, desde 1896, tenente reformado e fora nomeado adido ao Estado-maior, com direito a ordenança, para a cobertura da guerra. Dai o crescente silêncio das reportagens que escreveu de Canudos, interrompidas de forma súbita. Escreveu sobre as manhãs admiráveis, com os raios de sol que iluminavam o círculo de montanhas.⁵

Mais tarde, em *Os sertões*, chamou a cadeia de serras de “anfiteatro” do maior drama da história brasileira e denunciou a campanha militar como crime. Fez a confissão de culpa da omissão de suas reportagens, ao mencionar fatos sobre os quais antes silenciara: a degola dos prisioneiros e o comércio de mulheres e crianças. Criticou a hipótese de uma conspiração política, apoiada por grupos monárquicos e por países estrangeiros, que havia justificado o massacre.

A ORALIDADE EM OS SERTÕES

O crítico uruguaio Angel Rama tratou, em *La ciudad letrada*, do papel das camadas letradas na América Latina, encarregadas das tarefas da administração colonial e da catequização da população indígena. Formada por profissionais, escritores e servidores intelectuais, que detinham a escrita em uma sociedade de analfabetos, a cidade letrada fazia a comunicação e a mediação entre a metrópole e os grupos locais, exercendo funções culturais e simbólicas nas estruturas de poder.⁶

Euclides criou, em *Os sertões*, uma imagem de Canudos como cidade iletrada, dominada por fanatismos e superstições transmitidos de forma oral. Construiu um modelo interpretativo para dar conta das relações e conflitos entre a sua própria cultura, letrada e urbana, e a cultura oral sertaneja, marcada por mitos messiânicos e pela tradição católica. Procurou dar voz ao outro, objeto de seu discurso e inimigo de suas concepções políticas, ao incorporar textos destinados à oralização, produzidos segundo uma lógica mítica e religiosa que lhe era estranha.

Foi além da narração da guerra, ao construir uma teoria do Brasil, cuja história seria movida pelo choque entre etnias e culturas. Recorreu à teoria do sociólogo austríaco Ludwig Gumplowicz (1838-1909), que considerava a história guiada pela luta entre raças, com o esmagamento inevitável dos grupos fracos pelos fortes. Alarmado com o avanço da cultura estrangeira, lançou seu brado de alerta em *Os sertões*: “Estamos condenados à civilização. Ou progredimos, ou desaparecemos”.

O conflito entre Canudos e a República resultou, para Euclides, do choque entre dois processos de mestiçagem: a litorânea e a sertaneja. O mestiço do sertão apresentaria vantagem sobre o mulato do litoral, devido ao isolamento histórico e à ausência de componentes africanos, que tornariam mais estável sua evolução racial e cultural. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”.⁷

Revelou, na abertura do livro, seu propósito de se identificar aos sertanejos, vítimas da guerra. Citou a este respeito o historiador francês Hyppolite Taine, para quem o “narrador sincero” deveria ser capaz de se sentir como um bárbaro entre os bárbaros, como um antigo entre os antigos. Taine formulou, na *Histoire de la littérature anglaise* (1863), a concepção naturalista da história, determinada a partir de três fatores: o meio, a raça e o momento.⁸

Tal concepção naturalista foi seguida por Euclides, ao dividir *Os sertões* em três partes, correspondentes aos fatores de Taine: “A terra”, “O homem” e “A luta”. Apesar da sua intenção de narrar a história com sinceridade, construiu uma visão negativa de Canudos como “*urbs monstruosa*” e “*civitas sinistra do erro*”, dominada pela desordem e pelo crime. O povoado era, para ele, um “ajuntamento caótico e repugnante de casas”, onde haveria o amor livre e o coletivismo dos bens.⁹

Mas propôs uma outra visão de Canudos como comunidade messiânica, em que haveria a espera do rei português d. Sebastião, para derrotar as forças da República. Segundo Euclides, o isolamento histórico da sociedade sertaneja permitiu a preservação dos mitos sebastianistas, transmitidos com a colonização portuguesa. O movimento de Canudos teria reatualizado o mito de d. Sebastião, morto na batalha de Alcácer-Quibir em 1578, na tentativa de expandir os domínios portugueses na África.

Surgiu o mito do retorno glorioso do monarca desaparecido, que se manteve em Portugal até o século XIX. Este mito se manifestou, no Brasil, em movimentos messiânicos, como na Cidade do Paraíso Terrestre, de 1817 a 1820, e em Pedra Bonita, de 1836 a 1838, ambos em Pernambuco, ou no Contestado, região entre o Paraná e Santa Catarina, de 1912 a 1916. A crença esteve presente na vila de Canudos, de 1893 a 1897.¹⁰

Euclides se baseou nos poemas e profecias, que transcreveu em uma caderneta. Os poemas fazem parte de dois ABCs, narrativas da guerra, estruturadas como seqüência de estrofes iniciadas com as letras do alfabeto, que servem como recurso de memorização. Copiou ainda duas profecias apocalípticas, que julgou serem do próprio Conselheiro.

Comentou, de forma negativa, estes manuscritos, que desqualificou como “pobres papéis”, com “ortografia bárbara” e “escrita irregular e feia”, que mostrariam o “pensamento torturado” dos sertanejos: “Valiam tudo porque nada valiam”. Conselheiro pregava, para ele, com uma “oratória bárbara e arrepiadora”, “misto inextricável e confuso de conselhos dogmáticos, preceitos vulgares da moral cristã e de profecias esdrúxulas...”¹¹

Euclides citou, em *Os sertões*, sete quadras de um dos ABCs, que colocou em ordem cronológica, de forma a sintetizar a concepção mítica e religiosa dos seguidores do Conselheiro, que acreditariam no retorno de d. Sebastião. Este ABC contém uma narrativa popular dos primeiros anos da República, que introduziu o casamento civil, perseguiu o Conselheiro e trouxe guerras civis e especulação financeira. Duas dessas quadras se referem à vinda de d. Sebastião, para extinguir o casamento civil e punir aqueles que se encontrariam sob “a lei do Cão”, a “eleição” do novo regime, considerada contrária à lei de Deus:

“Sebastião já chegou comta muito rijimento
acabando com o Civil e fazendo os casamento”

“Visita vem fazer
Rei D. Sebastião
Coitadinho d`aquele pobre
que estiver nalei de Cão”¹²

A República é tida como o reino do Anticristo, personagem do Apocalipse que surgiria antes do fim do mundo, para semear a impiedade e a discórdia até ser vencido pelas forças divinas.

Euclides mencionou, em *Os sertões*, duas profecias apocalípticas que atribuiu, de forma errônea, ao Conselheiro: a profecia das nações e a profecia de Jerusalém. A profecia das nações se refere ao fim do mundo, em que irá aparecer um anjo, para fazer pregações, fundar cidades e construir igrejas e capelas. É provável que os sertanejos identificassem o Conselheiro a este anjo. São previstas desgraças, como a construção de estradas de ferro, a grande fome, a prisão de fiéis e guerras civis, que precederão o retorno de d. Sebastião e de Jesus para inaugurar uma nova era.

A profecia de Jerusalém é datada de 1890, tendo Belo Monte como local. Estas referências são problemáticas, pois Conselheiro só se fixou em Canudos, chamado de Belo Monte, em 1893, três anos depois da data atribuída ao texto. Não há referências a d. Sebastião nesta profecia, que contém uma cronologia

política, que vai da independência do Brasil até o fim do mundo, anunciado para 1901, passando pela abolição dos escravos e a proclamação da República. São previstos o apagar de todas as luzes, seguido de chuvas de estrelas e de queda de meteoros, até que apareça o pastor capaz de guiar o rebanho. Guerras são profetizadas para o ano de 1896, que coincidiu com o início do conflito: “Em 1896 há de haver guerra, Nação com a mesma Nação, o sangue há de correr na terra”.

Ambas as profecias contêm uma visão escatológica, que anuncia o fim do mundo e a criação do Reino dos Céus na terra, em que deverão ser eliminadas as diferenças sociais e erradicados os conflitos políticos pela unificação dos homens sob a autoridade divina: “um só pastor e um só rebanho”. As regiões climáticas também serão invertidas e o sertão se tornará terra de promessa, com fartura de carne e peixe, ao virar “praia”, expressão utilizada para designar as zonas úmidas entre o litoral e o semi-árido: “Em 1894 há de vir rebanhos de mil correndo do centro da Praia para o certão então o certão virará Praia e a Praia virará certão”.¹³

OS SERMÕES DO CONSELHEIRO

Euclides não teve acesso, quando escreveu *Os sertões*, aos dois volumes manuscritos, que o Conselheiro redigiu do próprio punho, ou ditou a um assistente. Tomou por base profecias populares, como a das nações e a de Jerusalém, que atribuiu ao líder de Canudos. Só teve acesso a um dos manuscritos deixados pelo líder de Canudos, quase sete anos após a publicação de *Os sertões*, poucos meses antes de morrer em 1909. Mas se inclinava, dada sua formação evolucionista, a desqualificar o discurso religioso como primitivo.

Conselheiro redigiu dois livros manuscritos, em meio aos conflitos com a Igreja e o governo, que se encerravam com uma mensagem de despedida aos fiéis. Deixou uma espécie de testamento religioso, ao perceber o agravamento do confronto com os poderes estabelecidos. Seu profetismo, com o ideal de martírio e o desejo de salvação, se relacionava ao catolicismo dos pregadores leigos, muito freqüentes no nordeste.

O papel de conselheiro, que se pregou, como epíteto, ao nome de Antônio Vicente Mendes Maciel, era previsto em obra divulgada pela Igreja portuguesa e brasileira: *Missão Abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das Missões*, do padre Manoel José Gonçalves Couto. Para o padre Couto, toda povoação deveria ter um missionário, de preferência um sacerdote, e “na falta dele qualquer homem ou mulher que saiba ler bem, e duma vida exemplar”, para conduzir o povo em orações e lhe dar instruções

religiosas.¹⁴ O Conselheiro seguiu as recomendações da *Missão Abreviada*, volume que trazia consigo junto com uma *Bíblia* bilíngüe, em latim e português.

Apontamentos dos Preceitos da Divina Lei de Nosso Senhor Jesus Cristo, datado de 1895, é o primeiro manuscrito do Conselheiro. É um livro de orações, inédito até hoje, escrito após o fracasso da missão dos frades italianos, enviados para submeter o líder e seus fiéis à autoridade eclesiástica. Contém partes copiadas e adaptadas da *Missão abreviada* e da *Bíblia*, tanto do Antigo quanto do Novo Testamento. Apresenta ainda os dez mandamentos e os sacramentos e obrigações religiosas.

O segundo manuscrito foi concluído em 12 de janeiro de 1897, quando a vila se preparava para o combate à 2ª expedição. Tinha por título, *Tempestades que se levantam no Coração de Maria por ocasião do Mistério da Anunciação*, contendo a vida de Jesus Cristo e da Sagrada Família sob a ótica da Virgem Maria, seguido de “Os dez mandamentos da lei de Deus” e de textos extraídos da Bíblia, além de prédicas e discursos. Foi publicado por Ataliba Nogueira, em 1978, como *Antonio Conselheiro e Canudos*. Parte da obra é dedicada ao relato da Paixão, o que permite supor que houve a identificação imaginária entre o sacrifício exemplar de Cristo e o extermínio iminente do grupo.

O manuscrito contém ainda um texto propriamente político, o sermão “Sobre a República”, em que atacava o novo regime como “grande mal para o Brasil” e “tirania para os fiéis”, regime político contrário à vontade de Deus. Para Conselheiro, a restauração da monarquia e o retorno da família real ao Brasil eram fatos inevitáveis, inscritos em uma ordem natural: “Negar estas verdades seria o mesmo que dizer que a aurora não veio descobrir um novo dia”.¹⁵

As crenças sebastianistas, messiânicas e milenaristas, de que os poemas e as profecias transcritos por Euclides são evidência, permitem explicar tanto a luta quase suicida de parte dos conselheiristas, como a intensa migração para Canudos em pleno acirramento do conflito. É possível que, nos últimos meses de agonia da comunidade, a visão escatológica tenha se reforçado entre aqueles que, ao invés de abandonarem o povoado, fizeram a sua defesa até a morte.

Antropólogos e historiadores, como Duglas Teixeira Monteiro, Robert Levine e Marco Villa, consideram porém que Canudos não foi uma comunidade predominantemente milenarista, pois não chegou a apresentar o misticismo extremado de outros movimentos religiosos, como Juazeiro e Contestado. A espera do fim do mundo teria sido, em Canudos, um elemento do discurso

religioso, presente nas profecias apocalípticas que circularam entre seus habitantes, mas não se pode precisar hoje qual foi o grau de adesão a tais concepções.¹⁶

Ao contrário dos poemas e profecias citados por Euclides, os sermões de Antônio Conselheiro não contêm referências a d. Sebastião, nem revelam expectativas na vinda de um Messias, capaz de trazer a vitória do Bem sobre o Mal, ou esperanças milenaristas na criação do paraíso na terra.

UMA FEIÇÃO DE MISTÉRIO

Euclides admitiu, nas reportagens escritas para *O Estado de S. Paulo*, que havia subestimado a resistência dos sertanejos e a sua capacidade de luta. Observou, em artigo de agosto de 1897, que o combate apresentava uma “feição primitiva, incompreensível, misteriosa”. Surpreendia-se que os jagunços, já em número reduzido, aguardassem que o Exército fechasse o cerco da cidade, em vez de fugirem, enquanto ainda lhes restava uma estrada aberta para a salvação.¹⁷

Procurou esclarecer o mistério, ao afirmar a existência de crenças sebastianistas em Canudos, que tornariam inteligíveis alguns dos aspectos subterrâneos da guerra, como o apelo da mensagem de seu líder e a resistência heróica dos combatentes. O catolicismo devocional presente nos sermões do Conselheiro revela, porém, que o sebastianismo pode ter sido menos difundido do que Euclides supôs.

Euclides da Cunha tentou penetrar em uma camada opaca ao observador: as formas de consciência e de representação em uma comunidade que lhe era estranha, entrevista em meio aos combates e bombardeios, do outro lado da trincheira. Adotou um modo historiográfico ousado, ao dar um arranjo poético ao tema, criando uma obra híbrida entre a narrativa e o ensaio, entre a literatura e a história.

É o olhar irônico, lançado por Euclides sobre suas próprias crenças, que lhe permitiu compreender o horror da guerra e inserir os fatos em um enredo capaz de ultrapassar a sua significação particular. A epopéia gloriosa da República brasileira, pela qual combatera na juventude, adquiriu caráter de tragédia na violenta intervenção militar que testemunhou em Canudos.

NOTAS:

- 1 Euclides da Cunha. Correspondência de Euclides da Cunha. Org. por Oswaldo Galotti e Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Edusp, 1996.
- 2 Id. "Canudos", 29 set. 1897. In: Canudos: diário de uma expedição. Rio de Janeiro, José Olympio, 1939, p. 107-9. Id. Caderneta de campo. São Paulo, Brasília, Cultrix, INL, 1975, p. 69.
- 3 José Calasans. "Euclides da Cunha nos jornais da Bahia". In: Revista de Cultura da Bahia (Salvador), 4: 47-50, jul.-dez. 1969.
- 4 Walnice Nogueira Galvão (org.). No calor da hora. A guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição. São Paulo, Ática, 1977.
- 5 E. da Cunha. "Canudos", 1 out. 1897. In: Canudos, p. 110 e ss.
- 6 Angel Rama. La ciudad letrada. Ediciones del Norte, 1984. Trad. br.: A cidade das letras. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 7 E. da Cunha. Os sertões: campanha de Canudos (1902). Ed. de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 145, 179.
- 8 Hippolyte Taine. Histoire de la littérature anglaise (1863). Paris, Hachette, 1905, v. 1, p. xxxix.
- 9 E. da Cunha, Os sertões, p. 232-9.
- 10 Douglas Teixeira Monteiro. "Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado". In: Boris Fausto (ed.). História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difel, v. III/2, 1977. Maria Isaura Pereira de Queiroz. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- 11 E. da Cunha, Os sertões, p. 194, 249.
- 12 Id., Caderneta de campo, p. 58-9.
- 13 Id., ibid., p. 73-5.
- 14 Pe. Manoel José Gonçalves Couto. Missão abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das Missões. Porto, Sebastião José Pereira, 1878.
- 15 Antônio Vicente Mendes Maciel (Antônio Conselheiro). "Sobre a República" (1897). In: Ataliba Nogueira. Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica. São Paulo, Nacional, 1978.
- 16 Robert Levine. Vale of tears: revisiting the Canudos massacre in the Northeastern Brazil, 1893-1897. Berkeley, Los Angeles, Oxford, Univ. of California Press, 1992. Trad. br.: O sertão prometido: o massacre de Canudos no nordeste brasileiro. São Paulo, Edusp, 1995. Marco Villa. Canudos: o povo da terra. São Paulo, Ática, 1995.
- 17 E. da Cunha. "Canudos", 16 ago. 1897. In: Canudos, p. 29.

CANUDOS: POESIA E MISTÉRIO DE MACHADO DE

ASSIS

Canudos: Poesia e Mistério de Machado de Assis

Clímaco Dias

Pesquisador do CEEC/UNEB

A guerra de Canudos, não foi apenas um embate do Estado brasileiro representado pelo exército, contra Antônio Conselheiro e sua gente. Os estudos desenvolvidos até então, revelam que durante o conflito, raros segmentos ou personalidades tomaram qualquer posição favorável aos conselheiristas. Eram todos contra a existência de Canudos.

Uma das únicas vozes que se colocou contrária à versão oficial foi a de Machado de Assis, não por simpatia a causa do Conselheiro, que parece ele jamais logrou conhecer, mas sobretudo pela visceral desconfiança, que ele tinha das elites brasileiras.

Todos os comentários de Machado de Assis acerca da guerra de Canudos, foram escritos no jornal Gazeta de Notícias, onde ele escrevia uma crônica dominical denominada, a "A Semana". Esta publicação abrangeu o período de março de 1892 a fevereiro de 1897. Esses escritos refletem de maneira eloquente, a postura que o escritor assumiu em um dos momentos mais sombrios da história brasileira, e é possível também enxergar os assaques, difamações e injúrias que eram perpetrados contra Canudos, pela imprensa, através dos seus editoriais e correspondentes, sobretudo no período de guerra.

O enviado da "Gazeta de Notícias" no momento da guerra, Favila Nunes, confirma esse clima de violência contra Canudos, quando escreve nos seus relatos frases dessa natureza: "Um projétil matou 22 jagunços. Bendita Granada."